



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

ATA Nº 4/2020
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
Salão Multiusos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MESA

Presidente: Romana Maria Martins Parreira Romão

Primeiro Secretário: Rui Filipe Fezes Páscoa

Segunda Secretária: Virgínia do Nascimento Duro Pereira Daniel Godinho

PS

José Jacinto Descalço Bilau, António Francisco Galvão Gomes, Ana Maria do Sacramento Torres Olho Azul, Manuel António Gomes Reis, Palmira de Jesus Dias Brissos Pereira, Sara Isabel dos Santos Ramos.

CDU

João Luís Ferro do Rosário Fragoso, Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol, Hélder da Conceição Esteves Carraça, e, Maria Rosa Maurício Carvoeiras

PSD

Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA OU SEUS SUBSTITUTOS LEGAIS

União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros: Sónia Sezinando.

Freguesia de Odivelas: Rodrigo José Rego Raposo.

União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda: Carlos Manuel Bonito Raposo.

Freguesia de Figueira dos Cavaleiros: Juvenália Isabel Guerreiro Salgado.

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente: Luís António Pita Ameixa

Vice-Presidente: Maria José do Ó Efigénio

Vereador: José Valente Rocha Guerra

Vereadora: Ana Rute Beringel de Sousa

Faltas:

PS - Rui Edgar Ferreira da Costa

Vereador: Paulo Fernando Marrafas Conde

Hora de abertura: 20:10H



A. - PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

A.1- INFORMAÇÕES GENÉRICAS

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** quando eram vinte horas e dez minutos, após ter verificado as presenças e a existência de quórum, para o funcionamento da sessão, deu início à mesma com a ordem de trabalhos atempadamente distribuída, a Senhora Presidente deseja o melhor dos desenvolvimentos dos trabalhos desta reunião de assembleia numero quatro, de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte. -----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do pedido de justificação de falta e substituição apresentado pelo eleito **José João Guerreiro**, ao abrigo do artigo 60º do Regimento da Assembleia Municipal (pede substituição à reunião de 29 de setembro de 2020).-----

-----De acordo com o artigo 60º do regimento, foi convocado o cidadão a seguir na ordem da lista, apresentada pelo mesmo partido (CDU), **Hélder da Conceição Esteves Carraça**, o qual se apresentou na reunião.-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do pedido de justificação de falta e substituição apresentado pelo eleito **Rui Edgar Ferreira da Costa**, ao abrigo do artigo 60º do Regimento da Assembleia Municipal (pede substituição à reunião de 29 de setembro). O eleito Rui da Costa nesta altura está em confinamento pelo que é uma justificação por razões de saúde. -----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do **Senhor João da Cruz** referindo que, foi membro da Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia e participou em vários órgãos sociais. A Senhora Presidente passou a ler o voto de pesar: *“A Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, na sua reunião ordinária de vinte e nove de setembro do ano dois mil e vinte, aprovou por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor João António Rodrigues da Cruz com o seguinte teor: ilustre membro da Assembleia Municipal e membro da freguesia de Ferreira do Alentejo assim como teve uma participação ativa nos órgãos sociais e em diversas coletividades, pelo seu percurso e exemplo de vida propõe se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do*



RN

senhor João António Rodrigues da Cruz, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e manifestar à sua família as mais sentidas condolências transmitindo o teor do voto de pesar". A **Senhora Presidente da Freguesia de Figueira dos Cavaleiros Juvenália Salgado**, solicita que este minuto de silêncio se possa associar também ao falecimento recente de **Luís Santana Franganito**, ex autarca do concelho de Ferreira do Alentejo, sendo uma pessoa importante no desenvolvimento local e um nome maior na defesa do cante alentejano.-----

-----O que foi também considerado pela Assembleia.-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** falou da sua atividade na direção da Associação Nacional de Assembleias Municipais, pois tem frequentado diversas ações formativas. Foi diversas vezes convocada às reuniões da direção, assim como ao Congresso que se realizou no dia dezanove do corrente mês, tem frequentado algumas ações de formação *online*, por outro lado informa, que chegou a todos os Senhor(a)s as atas de Comissões de líderes, foram efetuadas duas reuniões. -----

-----Deu a conhecer as reuniões das Comissões de líderes e perguntou se alguém queria colocar alguma questão, sobre as mesmas. A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, refere que lhe chegou à mão um pedido de substituição e designação de um representante a integrar na CPCJ de Ferreira do Alentejo, este pedido vem na sequência de uma informação que foi dada por um membro que fazia parte da comissão, solicitando a sua substituição. Mais à frente se irá proceder à substituição do membro, nomeado pela Assembleia Municipal.-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, solicita a todos os presentes se fosse possível que a presidente da CPCJ fizesse uma apresentação daquilo que foi o relatório que foi enviado, certo é que independentemente o relatório ter sido enviado a esta Assembleia já alguns meses atrás e atendendo às circunstâncias que nos vimos envolvidos durante o ano, não foi possível fazer a apresentação na Assembleia Municipal. A **Dra Fátima**, disponibilizou se para apresentação do relatório. A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, refere que é a primeira vez que acontece em Ferreira do Alentejo a apresentação deste relatório. Também solicita e atendendo que existe intervenção do público, pudesse ser efetuado antecipadamente, uma vez que a reunião vai ser um pouco extensa. Não havendo é aceite a intervenção do mesmo. -----

A.2-ATA DA REUNIÃO ANTERIOR



J
Derm

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura do projeto da ata da reunião ordinária nº 3 realizada no dia 29 de junho de 2020, uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros com antecedência. -----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à leitura de um e-mail enviado pelo **Senhor Deputado João Fragoso** a solicitar que sejam efetuadas as alterações/correções nas páginas da ata anterior, destacando o seguinte:-----

-----*(Transcrição do email)*-----

-----Correção e inclusão: Página cinco (página sete do documento):-----

-----"O Senhor Deputado José Bilau, solicitou a palavra e referiu que esta apresentação de moções surpresas, com invocação de legislação é muito desagradável, sem ser entregue à mesa antecipadamente pois refere que não voltará a votar essas moções, venha de que grupo vier, e apenas só o fará agora por respeito às pessoas que as apresentaram." -----

-----Julgo que o teor da declaração do Senhor Deputado está parcialmente correto, no entanto, se a memória, não me falha, o Senhor Deputado disse que: "...só o fará agora por cordialidade...". Ou seja, não me recordo de ouvir a palavra respeito (admito que possa estar errado e só a gravação o poderá confirmar) mas tenho a certeza de ouvir a palavra cordialidade, que convenhamos tem um significado muito diferente da palavra respeito.-----

-----No seguimento desta declaração surgiram algumas respostas por parte do grupo da CDU: No que a mim diz respeito, estou certo de que relembrei o Sr. Deputado José Bilau: "que pode solicitar à mesa um intervalo para análise das moções e de seguida proceder à votação". Em resposta à minha sugestão o Sr. Deputado José Bilau disse: "Oh João, ainda tu não eras nascido, já eu conhecia essas práticas...". Relativamente a esta declaração, que considero de uma falta de respeito e consideração, imprópria de um Deputado Municipal, não tendo eu solicitado à mesa a defesa da honra, entendo que, depois de ouvida a gravação, a declaração do Sr. Deputado José Bilau deve ser incluída em Ata, tal como proferida.-----

-----Correção - Página seis (pg. oito do documento): "O Senhor Deputado João Fragoso, reporta-se ao parecer do Tribunal de Contas e do Revisor Oficial de Contas."-----

-----Julgo que se poderá ouvir na gravação e que deveria constar em Ata é o seguinte:--

-----"Enquanto eleito na qualidade de Vereador na CMFA recordo-me de receber o parecer do ROC sempre com reservas. Sendo o executivo o órgão de gestão responsável



penk

pela apresentação das contas, qual a opinião sobre a certificação legal de contas com as reservas?”-----

-----Correção - Página onze (pg. treze do documento):-----

-----“O Senhor Deputado João Fragoso, salienta que durante sete anos foi eleito e fez uma exposição do funcionamento autárquico nesse período. No portal base.gov verificou que o contrato do Festival Giacometti (aquisição de serviços) teve um acréscimo para este ano e não se realizou.”-----

-----No início da declaração referi que iria ler a mesma para que esta constasse integralmente na ata. A declaração lida e que deveria constar em Ata: “Eleito na CMFA durante 8 anos e eleito na Assembleia municipal há quase 7 anos, conheci a famosa maioria silenciosa, não obstante alguns críticos com critério nas diversas bancadas (a do PS incluída), recentemente assisto a um novo fenómeno: o escrutínio acrítico. E, onde reina a acrisia não há contributo, não há espaço para a melhoria nem para a evolução.”-----

-----A Senhora Vereadora Maria José Efigénio vai desculpar-me a falta de cordialidade por não lhe ter enviado com antecedência o pedido de esclarecimento que apresento, mas este pedido surge em consequência da publicação ao dia de hoje, no portal Base – caso para dizer “Trabalho de casa Just inTime” - do contrato para a aquisição de serviços no âmbito da realização do Festival Giacometti 2020, que regista uma taxa de crescimento de 136% (mais do dobro) de 2019 para 2020, ou seja 5 500€ e 13 000€ respetivamente.”-----

-----(*fim da transcrição do e-mail*).-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal Romana Romão**, refere que uma vez que foram feitas algumas emendas ao documento, questiona se alguém quer fazer alguma intervenção. O **Senhor Primeiro Secretário da Mesa** intervém e pede a alguém que o esclareça relativamente ao texto que foi lido pela Senhora Presidente. Aparecem correções que devem integrar na ata anterior, e outras correções de carácter geral, uma coisa é claramente uma correção da ata que um membro solicita, por não concordar com o texto da forma como foi redigida outra são questões, que não se ouviu falar delas e que deveriam de ser questionadas hoje nesta reunião ou em reuniões futuras.-----

-----O **Senhor deputado José Bilau**, sobre estas questões das atas, refere que só conhece duas formas de fazer atas, ou se transcreve totalmente o que as pessoas disseram com base na gravação, ou então faz-se a síntese das partes mais importantes,



Romã

é muito descabido algum de nós invocar excertos de intervenções precedidas de piadas ou graças, nunca se viu isso nas atas, e quem faz as atas faz bem em sintetizar os aspetos importantes, pois quem faz as atas utiliza um critério único para todas as intervenções e o faz de forma assertiva ou então as pessoas dizem que querem transcrição total.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere o seguinte: “começando pela parte final, pelo e-mail que enviou, referindo-se à pagina onze, salienta que disponibilizou-se para ouvir a gravação a partir das dezasseis horas e não foi contactado, não recebeu nenhuma resposta ao e-mail e não conseguiu ouvir a gravação, mas lembra-se de ter lido que iria ler a sua intervenção para que ela constasse integralmente na ata e ela não consta integralmente na ata, foi feito apenas um apanhado daquilo que foi dito, que não faz jus à declaração daquilo que escreveu. Relativamente ao tribunal de contas, o que está na ata diz: “o Senhor Deputado João Fragoso reporta-se ao parecer do tribunal de contas e do revisor oficial de contas”. O Senhor Deputado refere que fez uma questão direta ao executivo, e o que referiu foi que sendo o executivo um órgão de gestão pelas contas qual é a opinião da certificação legal de contas. Ainda indo à primeira parte, salienta que não se recorda de ter ouvido a palavra respeito, mas sim a palavra cordialidade, recorda-se da sugestão que fez e o que ouviu foi a resposta à sua sugestão, e que considera que é uma falta de respeito e consideração, por parte do Senhor Deputado José Bilau. -----

-----O **Senhor Deputado João fragoso**, salienta não fez o pedido à mesa da defesa da honra e por esse motivo entende que a declaração de José Bilau, e se se ouvir na gravação, e lembra-se de ouvir: “...Oh João ainda tu não eras nascido já eu...” é isto que me lembro, reforça. Portanto, a consideração e estima pessoal que tinha pelo Senhor Deputado José Bilau, era elevada, pensava que eventualmente se retrairia das palavras, hoje não o fez pelo contrario e aquilo que deveria fazer seria renunciar ao cargo de deputado municipal.-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Romana Romão**, diz que não está ali para tirar a razão a ninguém, mas uma coisa é certa, as atas tem sido sempre feitas de acordo com aquilo que é o essencial das reuniões e está plenamente de acordo com o Senhor Deputado José Bilau. Toda a gente sabe que acontece que várias coisas são ditas espontaneamente dentro das reuniões da Assembleia, umas pela CDU, outras pelo PS ou pelo PSD porque cada um tem momentos mais ou menos felizes, que de alguma forma é dito de forma mais espontânea e isso tem sido aqui um ponto de honra, de não se criar aqui qualquer tipo de reações menos simpáticas. No fundo, refere que



Handwritten signature in blue ink.

todos têm colaborado da melhor forma. Sinceramente, refere que não sabe se o Deputado João Fragoso, ficou realmente lesado e não se está a desculpar o Deputado José Bilau, e não há necessidade de transcrição integral das assembleias, mas também se pode fazer uma gravação em CD e entregar-se a cada um ou as atas na integra. Deve ser uma súmula daquilo que aqui está pode-se solicitar a gravação, os funcionários que estão a coadjuvar esta assembleia fazem os possíveis para que tudo corra da melhor forma e serem realmente assertivos naquilo que fazem e serem cumpridores. De acordo com as emendas sugeridas, existem algumas que não tem lógica de resto, salienta a Senhora Presidente se serem mais de razões pessoais e relativamente ao Revisor Oficial de Contas, pergunta se o presidente de Câmara ou Vereadora querem acrescentar alguma coisa e não havendo aquilo que se propõe, se possa votar a ata em minuta salvaguardando aquilo que se achar de interesse.-----

-----O **Senhor Deputado José Bilau**, salienta que é perder tempo falar mais sobre o assunto, e havendo por parte do Senhor Deputado João Fragoso toda essa sensibilidade, promete que de aqui para a frente respeitar essa sensibilidade, apesar de pensar que nada se excedeu. Recorda que essa referencia foi feita aquando do debate entre os grupos parlamentares, onde a CDU dizia e apresentava as moções e tinham de ser votadas imediatamente e referiu que em órgãos colegiais, aparecerem com documentos surpresa, nunca tinha visto isso e o regulamento veio dar razão. Se aparecesse aqui a leitura de uma moção com vinte ou trinta páginas cheia de artigos e se teria de votar, isso não faria qualquer sentido, pois só pessoas que não tem uma cultura democrática ou não pertenceram a órgãos colegiais não percebem isto, e é verdade, quando referiu que o Senhor Deputado João *"ainda não era nascido, já eu conhecia essas práticas"*, não era para ofender porque essas praticas existiram e não é motivo tão grave para se ofender assim, não vendo qual a gravidade dessa observação. -----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, salienta que a gravidade da observação depende de quem é observado e atingido e não só é criança e depois do erro estar feito é que se costuma dizer que de aqui para a frente não se volta a fazer e devem ser evitados, assim como os comportamentos, e como referiu, sugeriu que o Senhor Deputado José Bilau renunciasse ao mandato. O Senhor Deputado refere que não colocou em causa, o trabalho das pessoas que estão a fazer as atas até porque no inicio quando se tomou posse na Assembleia Municipal, referiu que as atas até tinham aumentado de qualidade, depois houve uma situação ou outra em que efetivamente notou que faltava lá qualquer coisa e fez questão de o referir numa reunião, que foi em Alfundão, até houve uma



Renzo

intervenção por parte do secretariado, que não sabe se pode intervir. Sobre o terceiro ponto, refere o senhor deputado, que foi referido expressamente que ia ler a intervenção para que ela fosse incluída na ata e relativamente à questão da legalização de contas aquilo que está na ata não é síntese de nada, e o que foi feito foi uma questão que foi clara ao executivo. Assim, o voto do senhor deputado é contra a ata da reunião anterior, a numero três de dois mil e vinte e de acordo com os pontos um, dois e três do artigo vinte e nove do regimento da assembleia municipal, vai entregar uma declaração de voto no final para ser incluída nesta ata.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária nº3/2020, realizada no dia 29 de junho de 2020, por maioria, com 1 voto contra (do grupo CDU) , Deputado João Fragoso.-----

A.3–CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a concordância da Assembleia para que fosse dispensada a leitura da correspondência recebida pelo facto de ter sido anteriormente enviada uma síntese a todos os membros. -----

A.4–OUTROS ASSUNTOS

-----Eleição indireta dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

-----No próximo dia treze de outubro terá lugar em todo o país, o processo de eleição indireta dos Presidentes e Vice-Presidente das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Vai ser agendada uma reunião de assembleia municipal extraordinária, com o único ponto de ordem de trabalhos. Os documentos foram enviados, sendo que a senhor presidente questiona se alguém tem alguma coisa a dizer.-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespanhol**, apresentou uma **declaração contra a farsa da democratização da CCDR, pela exigência da Regionalização**. A CCDR é uma estrutura desconcentrada do Estado, sem autonomia política, administrativa e financeira,



Rem

dependendo das orientações e opções do governo, sendo que o primeiro-ministro tem, de acordo com o decreto-lei, a prerrogativa de demitir o presidente da CCDR caso este não cumpra os objetivos e orientações definidas centralmente. O chamado processo de “democratização” das CCDR, com a eleição (prevista para o dia 13 de Outubro deste ano), do Presidente e Vice - Presidente, decorre do acordo de 2018 entre PS e PSD e representa um simulacro e uma forma de adiamento do inadiável e cada vez mais necessário processo de regionalização constitucionalmente consagrado. Estes dois partidos foram, e continuam a assumir-se, como principais responsáveis pela inviabilização em concreto, por todos os meios, da regionalização em Portugal.-----

-----Para nós, conhecendo outras preocupações e visões sobre a questão, bem como elementos contraditórios e dúvidas naturais no contexto, temos como opinião que elas não nos devem levar a desviar a atenção do elemento principal que é de natureza política e não de oportunidade ou instrumental – o de estarmos perante uma mistificação de conceitos e um logro, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma descentralização, adiando mais uma vez a Regionalização.-----

-----Independentemente da consideração ou simpatia de cada um de nós sobre os candidatos, o processo eleitoral atípico e a natureza da estrutura, devem obrigar-nos a dar maior valor ao elemento político e da sua denuncia, optando em coerência pelo voto em branco quer para o presidente, quer para o vice presidente - cujos colégios eleitorais são distintos – como a opção que melhor vinca o distanciamento ativo da manobra em curso.-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal.-----

-----Setembro de 2020-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespanhol**, refere que tem uma questão que diz respeito a todos os presentes, e onde todos se manifestam sobre esta matéria, mas que continua-se na mesma, e sem se dar o passo decisivo, para resolver esta questão, refere-se à reposição das freguesias, que como se sabe a assembleia municipal, e todas as assembleias de freguesia se manifestaram a favor de manter aquilo que existia, e não fazer habilidades para poupar dinheiro quando se verificou que isto só trouxe gastos acrescidos e que não se resolveu nada daquilo que se dizia que ia ser a *maravilha das maravilhas*. Assim a Senhora Deputada apresenta a seguinte declaração: **Declaração - Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático.**-----



Remo

-----O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.-----

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.-----

-----Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.-----

-----Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.-----

-----De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.-----

-----Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.-----

-----Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS.-----

-----O PCP já voltou a apresentar, em Dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.-----

-----A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações.-----

-----A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática.-----



REMP

-----Assim, os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, reclamam do Governo e da Assembleia da República, das medidas legislativas necessárias para a reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;-----

-----Exigem que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no acto eleitoral de 2021.-----

-----Enviar para: - 1º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social.-----

B – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA

B.1- 3ª Revisão ao Orçamentos e às GOP's 2020-2023

-----A Câmara Municipal enviou uma certidão de deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal no dia dezasseis de setembro do ano dois mil e vinte, relativamente à 3ª Revisão ao orçamento e às GOP's 2020-2023. -----

-----A **Senhora Vereadora Maria José** refere que a Câmara Municipal submete à aprovação da Assembleia Municipal, a alteração modificativa, de salientar que foi presente à reunião de câmara no dia dezasseis de setembro uma informação que refere quais são os pontos principais desta revisão orçamental, posteriormente foi enviado uns mapas que acompanham a revisão orçamental e enviado para a Assembleia Municipal um outro documento datado de vinte e cinco de setembro, em que é chamado aditamento e este documento acrescenta alguns pontos na referida alteração orçamental, estes últimos pontos foram duas questões que ficaram de fora e que a câmara julgou conveniente que ela fosse aprovada já nesta revisão orçamental.-----

-----Portanto, a informação inicial de doze de setembro que refere quais são os pontos principais, dizem respeito sobretudo a reforçar inscrições de rubricas já existentes e também acrescentar a plurianualidade de algumas ações e que não eram plurianuais, por exemplo o arranjo envolvente e a criação de estacionamento ao estádio municipal, tratava-se de uma ação que já estava prevista em orçamento mas que não era plurianual e como se vai lançar a obra ainda este ano era necessário prever esta plurianualidade nesta rubrica, o mesmo se passa com os centros seniores de Alfundão e Santa Margarida e o melhoramento dos espaços escolares, tais como a beneficiação da Escola de Canhestros, e a requalificação numa primeira fase da Escola Básica de Odivelas. -----



-----De salientar a criação de novos projetos: a remoção do fibrocimento dos edifícios escolares, é uma obra financiada pelo governo mas que não vai chegar para a totalidade da intervenção, outra ação é de apoio aos bombeiros, verbas em rubrica de investimento, na aquisição de equipamentos, a terceira ação a rotunda do parque industrial do penique, através de um acordo com as Infraestruturas de Portugal vai ter um financiamento de cerca de quatrocentos mil euros que cobre todo o valor da obra. -----

-----Os dois projetos que não estavam incluídos que constam do documento que é referido com data de vinte e cinco de setembro, que será ratificado em reunião de câmara, é um projeto que consta na criação de um programa de valorização do comércio tradicional e dos produtos locais e a criação da plurianualidade da despesa com a construção do parque canino na entrada norte.-----

-----O **Senhor Deputado Municipal João Fragoso**, faz a sua declaração de voto, salienta que por norma abstém-se nos orçamentos porque representam as ações e as estratégias do executivo e compreendendo esta particular revisão e o reforço da despesa e as ações que estas representam, vai votar a favor.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento e às GOP's 2020-2023, por maioria, com 15 votos a favor e 3 abstenções (do grupo CDU), Hélder Carraça, Rosa Carvoeiras e Lourdes Hespagnol.-----

B.2- Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, referente à Alteração ao mapa de pessoal.-----

-----De acordo com o despacho do Sr. Presidente, foi efetuada a 3º alteração mapa de pessoal para o corrente ano, nos seguintes termos:-----

-----a) Extinção de 2 postos de trabalho, na carreira/categoria de Assistente Operacional, que ficaram vagos por:-----

-----a1) aposentação do trabalhador, integrado no Serviço de Logística e Tráfego;-----

-----a2) falecimento do trabalhador, integrado no Serviço de Administração Direta;-----

-----b) extinção /criação de posto de trabalho, por reafetação de trabalhador do SELPD para a SAD;-----



F. Remo

-----c) criação de 10 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (serviços gerais), em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, por 6 meses, eventualmente renovável, não podendo exceder 3 anos.-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, salienta que estamos perante a terceira alteração ao mapa de pessoal e explica a criação de dez novos postos de trabalho, na carreira de assistente operacional, destinam-se aos serviços gerais, em concreto à limpeza urbana. A questão da higiene e limpeza urbana e as diversas críticas e queixas que tem sido levantadas à câmara relacionadas com a má execução destes serviços. Referiu acerca da dificuldade que teve com a empresa da limpeza, o que levou à revogação do contrato com a empresa.-----

-----Assim, é entendimento da câmara a limpeza passar a ser feita com o recurso a meios próprios, para isso tem de ter funcionários, para iniciar o trabalho de limpeza urbana. Neste momento já está em curso um procedimento para quatro meses, eventualmente prorrogável até seis meses, para fazer no entretanto a limpeza com recurso a outro tipo de empresas.-----

-----Este mapa de pessoal, salienta a senhora Vereadora, é para acrescentar dez postos de trabalho, aproveitando também para fazer algumas alterações, por exemplo uma que tem a ver com o falecimento de um funcionário e com a aposentação de outro.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**, defende que os contratos devem ser devidamente acompanhados, e ao ser também um serviço efetuado pela câmara, também se aplica, devendo ser bem geridos os recursos e adequa-los.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Mapa de pessoal, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

B.3- Proposta para abertura de Procedimento Concursal para dirigente de 3º grau

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de



*A
vem*

Câmara de 22 de julho de 2020, relativamente à proposta para abertura de procedimento concursal para dirigente de 3º grau.-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José** explicou que é para um dirigente para o serviço de águas, ambiente, saneamento e resíduos já tinha sido aprovado, este concurso ficou deserto anteriormente, não teve nenhum candidato, daí ser necessário proceder à sua abertura novamente. A Engenheira Rita Paiva foi para outra câmara, e foi nomeado independentemente de concurso um técnico superior que está a exercer estas funções em regime de substituição e a lei obriga a abrir um procedimento concursal para ocupar aquele lugar num prazo de noventa dias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar a Proposta para abertura de Procedimento Concursal para dirigente de 3º grau, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

B.4- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas

----- A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, informou que foi enviado para conhecimento de todos os membros, o Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas.-----

-----O **Senhor da Câmara Municipal**, refere que este ponto vai ser retirado e virá à próxima sessão da assembleia Municipal, visto o regulamento encontra-se ainda numa fase de audiência pública pelo prazo de trinta dias.-----

B.5- Regulamento do Programa de Valorização do Comércio e dos Produtos Locais

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19 de agosto de 2020, referente ao Regulamento do Programa de Valorização do Comércio e dos Produtos Locais.-----



REN

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, apresentou um *power point* e fez o devido esclarecimento na sua apresentação. O plano estratégico de desenvolvimento que a Câmara Municipal elaborou neste mandato e identifica a necessidade de apostar na valorização de produtos endógenos e na produção de pequena escala no sentido de apoiar aqueles que tem menos massa critica. Depois, dentro desta estratégica de diversificação da atividade económica o turismo é algo que se pretende promover, mas aquilo que tem acontecido nos últimos anos remete-nos para a ideia que temos um potencial interessante e estes produtos locais conjugam-se muito bem, devendo haver um esforço para a sua valorização. O comércio tradicional continua a ter uma importância crescente e no concelho o comércio tem presença e deve ser valorizado em termos de identidade. Existem empresas de maior dimensão que tem todas as massas criticas para recorrer a apoio sendo que as mais pequenas é mais difícil e devem ser criadas as condições para que os mesmos sejam apoiados. -----

-----O **Senhor Vereador José Guerra** refere que para se dar apoios a atividades económicas, deve-se criar os mecanismo regulamentares para apoiar as entidades e divulgação dos seus produtos. Houve uma preocupação de auscultar muitas das pessoas que fazem parte da economia, no sentido de tentar que esta primeira versão do programa correspondesse o mais possível às necessidades dessas empresas. Em termos de tipologia de apoios, existem algumas medidas de apoio financeiro ao investimento que são complementares a outras que existem ao nível nacional e comunitário, são iniciativas de muito pequeno investimento às vezes para iniciativas micro que tem muita dificuldade de aceder a outros tipos de apoio que implicam outro tipo de organização, também o apoio a promoção e comercialização e a possibilidade cedência de estruturas físicas e virtuais, assim como a possibilidade da câmara isentar algumas taxas municipais para estimular algumas destas atividades e o apoio técnico que as empresas muitas vezes precisam. -----

-----Em termos de apoio ao investimento, aquilo que para já se prevê e é algo que também se pode ir ajustando, este apoio destina-se às iniciativas empresariais localizadas no ninho de empresas ou em estruturas similares do município. Existe o ninho de empresas e é recebido nesse equipamento algumas empresas com iniciativas que estão a dar os primeiros passos, e o que caracteriza estas iniciativas é que por vezes, tem pouca capacidade de investimento e criou-se um mecanismo que permita dar algum apoio. Estamos a falar de um apoio não reembolsável de cinquenta por cento, um apoio que pode ir até três mil euros, mas que para algumas iniciativas faz toda a diferença. -----

-----O apoio à comercialização e promoção, está-se a pensar em conceder algum apoio financeiro à produção de materiais de produção, à conceção gráfica e de design de embalagens de produto, porque está-se a fazer um trabalho com o contributo de



Rewr
f

pequenos produtores, de mel, de fruto secos de doces, enfim, o que acontece é que estas empresas necessitam de melhorar a imagem do produto para que ele possa ser mais atrativo quando é colocado no mercado. -----

-----Com esta ação pretende-se possibilitar que as pessoas possam ter algum apoio financeiro para poderem contratar alguns serviços. Os concursos de estímulo para o consumo de produtos e serviços locais, por exemplo existe algo que se quer lançar muito em breve que é o estímulo a que as pessoas possam comprar no comércio local por ocasião do natal ou outras ocasiões com a disponibilização de um *voucher* que a câmara possa também disponibilizar. Isto funciona como um incentivo para que as pessoas comprem no comércio local. A participação em iniciativas de promoções, estas empresas como são muito pequenas tem muita dificuldade de investimento e é interessante que possam estar presentes em alguns certames, até num contexto de participação com o município, na Bolsa de Turismo de Lisboa. Em termos de cedência de infraestruturas físicas, uma das solicitações que foram mais predominantes tem a ver com a criação de uma unidade agroalimentar, existem produtores que querem fazer doces, ou bebidas, tudo isto requer algumas regras de licenciamento e para muitos deles não é fácil, por si só alcançarem nesse sentido. Aquilo que se está a fazer é estudar e com o apoio do CEBAL tentar criar condições para que exista esta unidade que possa ser depois utilizada pelos vários pequenos produtores e poderem desenvolver a sua produção. Outra ideia que também se tem, é a possibilidade de ter-mos alguns talhões de terreno, tem-se sentido que muitas pessoas gostavam de possuir alguns talhões para poderem ter alguma agricultura e produtos hortícolas, e então vai se tentar criar condições para que isso seja possível. -----

-----Outro tipo de recursos logísticos, equipamentos de exposição ou de venda de produtos, a plataforma eletrónica através de uma comercialização eletrónica é algo que também se quer disponibilizar e faz sentido ter ao nível do concelho uma plataforma deste tipo, onde possamos ter a presença dos vários pequenos produtores locais e onde seja possível as pessoas de Ferreira ou da diáspora poderem consumir produtos da nossa terra fazendo as encomendas. -----

-----A isenção das taxas municipais e o apoio técnico às formalidades legais nas empresas, os requisitos legais para determinadas atividades agro alimentares, disponibilizar este apoio aos empresários, é o que se pretende fazer, e outros apoios municipais, nacionais ou comunitários que existem e que as pessoas muitas vezes não dominam devem ser apoiadas para não deixarem de ter esses apoios e formações e colóquios que se considere interessante e valioso para as pessoas. Estas medidas terão de ser trabalhadas em termos de normas específicas, como sabemos, temos um



f
fem

problema com a questão do regulamento, porque tem um período de discussão pública e implica nós passarmos por aquelas fases todas, assim tenta-se definir ao nível do regulamento todos os apoios que podem existir e remeter depois para normas específicas que a própria câmara pode ir ajustando de acordo com aquilo que são as propostas das próprias pessoas para que a situação possa ser mais ágil, aquilo que interessa aqui é criar instrumentos que possam estar ao serviço das pessoas.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere que a forma de fazer regulamentos, tem muito que se lhe diga, porque a Câmara pode de forma discricionária fazer as regras que entender para aprovar ou não aprovar as candidaturas. O orçamento ainda não foi aprovado e será que já há uma ideia para a dotação orçamental para o apoio financeiro ao investimento, artigo 3º e artigo 4º apoio à promoção e comercialização. O Senhor Deputado concorda no geral com o regulamento, mas não conhece as especificidades dele, a Assembleia Municipal vai ficar atenta e fiscalizar esta questão. Estes apoios dependem de uma candidatura e só são elegíveis as empresas que estão localizadas ou sediadas no ninho de empresas. Há aqui uma discriminação relativamente às outras empresas que não estão sediadas no ninho de empresas. No artigo 4º, no apoio à promoção e comercialização temos um apoio de dois mil euros por promotor, mas não se percebe se é para empresas sediadas no referido ninho de empresas ou se é para outras, e existem empresas que não estão sediadas no ninho de empresas e podem ter investimentos para fazer, e de acordo com o artigo 3 são excluídas. -----

-----Relativamente à derrama, faz hoje dez meses, que foi aprovado na Assembleia Municipal, e foi sugerido que fosse feito um regulamento para isenção de derrama dos pequenos empresários, não foi feito e não houve qualquer alteração e a proposta de regulamento de isenções caiu por terra. Ora, se houvesse essas isenções, elas iriam afetar de igual forma todas as pequenas empresas que existem no concelho, havendo este tipo de regulamentos que discriminam as empresas que podem candidatar-se ao apoio ao investimento, em primeira instância estamos a excluir uma série delas, deveria-se pensar melhor no artigo 3º. O regulamento tal como está, refere o Senhor Deputado João Fragoso, não se sente confortável para o votar favoravelmente, tendo em conta que estão a ser a discriminadas as empresas que se podem candidatar ao apoio ao investimento, e só sendo elegíveis aquelas que estão no ninho de empresas.-----

-----O **Senhor Deputado Manuel dos Reis**, questiona sobre o apoio que a câmara irá dar aos agricultores, dever-se-á arranjar os caminhos municipais e agrícolas, que não estão nas devidas condições.-----



A fam

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, salienta que tudo isto tem vantagens e desvantagens, e tem muitas vantagens sobretudo numa fase inicial em que se está ainda a experimentar, e de fato as pessoas precisam deste apoio e é importante que aqui os problemas da burocracia não sejam um entrave substancial. Há uma discriminação claramente às muito pequenas empresas, sendo o objetivo apoiar todos aqueles que estão fora de todos os apoios que existem, quer ao nível de programas nacionais ou comunitários, mas que raramente estão adequados ou adaptados a estas micro empresas. Deu explicação sobre o regulamento no geral e reforça que é um programa inovador. No orçamento terá de ser discutido as verbas que vão ser disponíveis. Relativamente aos apoios, efetivamente nesta fase, optou-se sobretudo intervir ao nível das empresas que estão nas infraestruturas, ninho de empresas ou similares que venham a ser criadas, por exemplo aquela situação dos talhões de terreno. Sobre os agricultores tem de se falar de uma amplitude muito grande. Os mais pequenos agricultores podem vir a ser beneficiados com este programa. Relativamente aos caminhos agrícolas, a câmara tem feito uma importante intervenção a esse nível e vai-se respondendo àquilo que são as solicitações.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**, pediu esclarecimento relativamente ao artigo 3º, porque fecha um pouco os alvos do apoio. Questiona, sobre o numero de empresas que moram no ninho de empresas, como é a sua dinâmica? Será que a Câmara não quer melhorar este alvo?, pois parece-lhe um pouco fechado.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso** refere que deixando o regulamento tal como está, não consegue votar em consciência favoravelmente este documento, está-se a discriminar todas as empresas que estão fora do ninho de empresas e reporta-se ao que está descrito no preâmbulo, sendo esta uma questão de equidade, pois as empresas de fora não se podem candidatar e tudo o que está fora do ninho de empresas não há investimento. Reforça, que assim, votará contra o documento.-----

-----O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Fernandes**, concorda com o Senhor Deputado João Fragoso, porque efetivamente se está a beneficiar as empresas do ninho, se estas empresas já tem benefícios, já estão em instalações camarárias e porque continuar a ajudar estas e não as outras, que talvez precisem mais, questionando qual foi o motivo da escolha.-----



-----O **Senhor Vereador José Guerra**, refere que este programa tem uma natureza complementar a vários programas que existem, que os nossos empresários tem acesso e que no caso de Ferreira isso tem acontecido, e se for analisado aquilo que é a taxa de execução, por exemplo do PDR da Esdime, que é um programa de apoio às empresas locais ou de outro tipo de financiamentos às empresas e quando comparamos aquilo que é a dinâmica de investimento dos vários concelhos, constata-se que efetivamente em Ferreira tem havido um bom aproveitamento desses apoios. Em suma, não podemos olhar para este programa como um programa que vai resolver ou que deve se destinar de uma forma integral aquilo que é a realidade de todas as outras empresas porque efetivamente, existem muitos apoios económicos. Este é um programa que é complementar mas que vai intervir junto de uma franja de empresas, que normalmente não consegue aceder a outros tipos de apoios e quando se fala aqui do ninho de empresas e estruturas similares, efetivamente estamos a falar da possibilidade de surgirem pequenas infraestruturas para pequenas hortas em que as pessoas tenham de fazer alguns investimentos, ou por exemplo de uma iniciativa que até se quer lançar que é o centro de artes tradicionais, que visa apoiar por exemplo, o artesanato. -----

-----Tudo isto dá abertura para se apoiar estas iniciativas com as quais se está a trabalhar para poderem fazer pequenos investimentos, porque não faz sentido e existe a noção que a câmara com o orçamento que tem não vai conseguir substituir se a todos os programas de financiamento que existem, o que faz sentido é o município mobilizar se através dos seus serviços e parcerias que possa ter com outros serviços, quando existem apoios a outro nível se consiga esgotar esses apoios e direcionar os poucos recursos que a câmara tem a esse tipo de apoios para aqueles que tem mais dificuldade. Os recursos devem ser direcionados para os micro empresários, estamos a falar dos investimentos e ao nível dos apoios a comercialização e ao nível da promoção, pois aí o leque será muito mais alargado. Estando atentos a todo o tipo e varias empresas existentes no concelho.

-----Assim, o Senhor Vereador, refere que estamos a ser muito seletivos, o dinheiro que se possui possa ser catalisado em quem mais precise e que não tem acesso as estes apoios.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere que é uma questão de equidade, pois está-se a retirar às empresas a possibilidade de se candidatarem, não podem candidatar-se as empresas que estão fora do ninho de empresas, não se está falar de valores, o senhor vereador foi questionado sobre qual era a dotação orçamental e o senhor vereador não sabe dizer, pois deve-se ter uma ideia do valor, vão ser apoiadas quantas, foi perguntado quantas empresas estão sediadas no ninho de empresas e não se ouviu a



R
DENV

resposta. Mas a questão, é uma questão de equidade, reforça o senhor deputado, e se se trata de uma candidatura deve ser aberto o leque, tem de haver uma candidatura e há um júri, tem de haver uma decisão e não se pode excluir logo de início as empresas que estão fora do ninho de empresas, é uma discriminação negativa e está a ser eliminado o princípio da equidade.-----

-----O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes** continua sem perceber se o apoio ao investimento, pretende apoiar as micro empresas com mais necessidade porque são as que estão no ninho de empresas as que tem mais necessidades, e não devem ser. Não percebe o critério da escolha para além de não ser equitativo.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário**, refere o seguinte: "*...neste momento e aquilo que o artigo 3º diz, é para apoiar empresas que estão associadas ao ninho de empresas e outras afins. Mas neste momento nós só temos o ninho de empresas, só essas que estão aí sediadas é que se podem candidatar, porque nós não sabemos quando aprovamos este regulamento, o que é que a câmara vai conseguir ir criar em termos de estruturas semelhantes àquilo que tem no ninho de empresas..*". Salienta, que não acha que isto seja um grande erro, mas merecia ser melhorado e devia ser revisto, e na próxima Assembleia Municipal aparecia cá de uma forma mais clara este ponto e ser mais equitativo como os colegas dizem.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, dentro do espírito da construção salienta que este regulamento resulta de um conjunto de reuniões que houve com um conjunto de pessoas, da parte da Câmara existe abertura para melhorar este regulamento. Esta é a primeira versão e é normal que ele possa evoluir. Diria ao Senhor Rui Páscoa, que admite que se possa melhorar, mas que não se deixe de aprovar o regulamento já, porque há iniciativas que se precisa de lançar desde já, e o estar o adiar por causa de um aspeto do regulamento que depois se pode alterar, salienta que é errado, existem ajustamentos que se podem fazer e pode se ir avaliando. Aquilo que o Senhor Vereador sugere e salienta, está disponível para abrir esta discussão para se poder melhorar esse documento embora a ideia de equidade seja diferente da ideia do Senhor João Frágoso, a equidade não é igualdade, e equidade é tratar de forma diferente aquilo que não é igual e o que se sugere é efetivamente poder haver um pormenor que pode ser melhorado e agora se possa aprovar este regulamento, e no prazo de seis meses podemos depois fazer aqui uma avaliação e até eventualmente com o apoio até de algumas pessoas que aqui se manifestaram, fazendo uma atualização e ajustamento. Existem iniciativas que



f
2012

tem condições de se lançar já e existem pessoas lá fora que precisam desses apoios e se ele, o regulamento, não for aprovado por um aspeto, não é por todos, é por um aspeto, o que acontece é que essas pessoas vão ter de ficar à espera durante não sabemos mais quanto tempo, assim não existem condições para efetivamente avançar com esses apoios. Eventualmente pode-se avaliar melhor essa situação daquilo que pode ser a abrangência das empresas a apoiar. Esta é a proposta, que o senhor vereador deixa à assembleia que é a aprovação, com o compromisso de se poder fazer os ajustamentos necessários.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário Rui Páscoa**, salienta que a pressa de aprovar o regulamento é a pressa de apoiar diretamente um conjunto restrito de empresas que cabem neste regulamento, o que está aqui em causa é dinheiro público, é dinheiro de todos e enquanto membros da Assembleia Municipal fazer mos o nosso juízo, sendo que o seu juízo não é um juízo mau, pois gostava que o Senhor Vereador pudesse abrir um pouco este leque para ficar mais colorido, comparativamente ao que foi dito sobre a derrama que passaram dez meses e nada se fez, e agora diz se vamos aprovar já para se começar a aplicar já, porque há pessoas que estão à espera, aos que já estão no ninho de empresas e porque não tentar melhorar.-----

-----O **Senhor Deputado Municipal José Bilau**, refere que está estupefacto com a admiração dos Senhores Deputados acerca do regulamento incidir sobre o ninho de empresas, os regulamentos de apoio são todos sectoriais, existem os de apoio à internacionalização, outros de apoio à digitalização, outros de apoio às empresas com menos trabalhadores e se a câmara municipal puder fazer um regulamento genérico de apoio a todos os sectores e apoio a todo o tipo de empresas isso seria *ouro sobre azul*, agora se a autarquia investiu num ninho de empresas e quer potenciar a utilização do mesmo e apostar nas empresas que estão na fase semente e precisam de todo o tipo de apoio, a Câmara está nesse direito. Pois existem outros apoios genéricos, por exemplo financeiros na área do micro crédito que são sectoriais, pois existem programas específicos. O que está aqui em jogo, é que há de facto pessoas que acham que devia haver um regulamento geral de apoio à atividade económica com empresas ou na fase inicial ou na fase de crescimento, ou na fase de maturidade ou a Câmara que está a querer direccionar os apoios neste momento para atividades que estão na fase semente, que precisam de todo o tipo de apoio, quer apoio administrativo, quer apoio que não tem pessoal ao serviço. Não parece que não se deva invalidar um regulamento de apoio só porque abrange um conjunto de atividade, não concordando com essa inviabilização.-----



f
DOME

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, emitiu a sua opinião e salienta que há uma descriminalização, sendo colocadas à parte aquelas que não estão no ninho de empresas, e podem ser empresas que tem um investimento bastante reduzido também, e se não estão inseridas naquilo que é o programa e o regulamento para a sua candidatura podem ter só dois ou três mil euros de investimento porque não puderam ter mais, mas não se podem candidatar para poderem melhorar a sua empresa, e é isso que é capaz de não estar correto, e as empresas não devem ser descriminalizadas à partida. O **Senhor Rui Páscoa**, salienta que quem vê o regulamento à partida parece ser muito bonito, mas fecha se o publico alvo a quem não está no ninho de empresas, e não se conhece qual o histórico das empresas que estão no ninho de empresas ou se até já tinham condições para sair e dar lugar a outras e são estas questões que deviam ser do conhecimento de todos estamos aqui a ajuizar e com alguma prudência estas questões .-----

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, reforça essa questão e refere se essa alteração até for rápida, vai haver uma Assembleia Municipal extraordinária e pode haver uma alteração ao regulamento e irá haver uma sessão em outubro, que pode ter dois pontos, um da eleição da CCDR e podia ser uma alteração a este regulamento.-----

-----A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros, Juvenália Salgado**, refere que quando se fala do ninho de empresas a maioria fica preso ao espaço físico e o ninho de empresas não tem só agregado a si as empresas que estão só a utilizar o espaço físico, existem ali muitas empresas e ajudou muitas empresas a fazer florescer a primeira semente, estando agregado a ele da forma virtual, e é isso que é importante, pois são muitas as empresas que beneficiam do apoio camarário através do ninho de empresas pela sua forma virtual.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, explicita que se revê muito naquilo que é a posição do Senhor Deputado José Bilau, quando se quer alargar muito o leque não se cria o impacto que se pretende. Tem de se ter a capacidade que esta medida não é uma medida isolada, está interligada com um conjunto de outras medidas, existem algumas medidas da câmara, algumas nacionais, outras comunitárias e naturalmente nós todos e todas as empresas estão atentas a esta situação e devemos de ser pragmáticos, reforça o senhor vereador propondo "*... de fato deve se deixar aqui uma abertura que possamos incluir nesta fase, talvez no regulamento e ir de encontro com a preocupação que foi aqui manifestada e não querendo de forma nenhuma ser insensível a essas propostas, era no*



Remo

artigo 3º incluir mais um ponto, de avaliar outras empresas que não estão naquelas estruturas, ninho de empresas ou estruturas similares de poderem beneficiar de um apoio de acordo com o orçamento que será definido anualmente pela Câmara. Desta forma ficamos com a possibilidade de para além de apoiar estas que efetivamente precisam poderem ter esse apoio, e ao nível desse regulamento podemos deixar essa abertura para que outros não estejam naquela estrutura para poderem vir a beneficiar e nós ao nível daquilo que é o orçamento da câmara poder mos deixar uma verba que será depois aprovada anualmente para apoiar essas empresas..." Será essa a proposta que o Senhor Vereador quer deixar e deve se avançar porque existem aqui posições diferentes e quando não é possível o consenso tem de se avançar para a votação, propondo que a votação seja feita com este ajustamento, proponho que seja: Podem igualmente candidatar -se iniciativas empresariais não compreendidas no n.º 1, que sejam igualmente projetos nascentes."-----

-----**A Senhora Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Virgínia Duro**, com esta reflexão sobre modificar o regulamento não está de acordo, e de forma muito pragmática salienta, que temos pouco dinheiro, e esse pouco dinheiro, vai ajudar a germinar o que já está em semente e germina, ou então temos muito dinheiro e essa semente nem germina, por isso devemos optar e arranjar maneira ou modificamos o artigo 3º, reforçando que se vai apostar mais na qualidade que na quantidade temos de ajudar a germinar e ajudar a fortalecer, o tecido empresarial local, que é pequenino mas forte, e se vamos esbanjar o dinheiro por toda a gente, não vai dar em nada.-----

-----**O Senhor Deputado João Fragoso**, acha que a Senhora Deputada Virgínia Duro não percebeu que as empresas tem de se candidatar e não se vai esbanjar dinheiro pode haver uma empresa fora do ninho de empresas que mereça, e porque a sua candidatura é muito melhor que aquela que está no ninho de empresas e está-se simplesmente a coloca-la de fora. A Senhora Virgínia, diz que nós temos o conhecimento daquelas empresas e a candidatura é local, temos o conhecimento daquelas empresas que estão no bom caminho e não as ajudar mos pode ficar sem nada, e haver equidade, é bom em todo o lado seja em que sector for, a câmara vai ter de apoiar aquelas que já conhece, é mais difícil todas as candidaturas virem a ser analisadas para serem apoiadas.-----

-----**O Senhor Deputado João Fragoso** diz que trata-se a ser uma discriminação e não pode votar algo que está à frente favoravelmente e este regulamento que vai a votos, portanto não o vai votar favoravelmente e quem o fizer vai ficar ligado a este regulamento



*f
Lemza*

que discrimina as empresas que não estão no ninho de empresas.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, refere que mantém a proposta, é este o regulamento introduzindo esta cláusula no ponto três sobre a possibilidade de outras empresas que não estão naquelas estruturas de poderem vir a beneficiar de apoios de acordo com orçamento que anualmente a câmara vai definir, e desta forma se consiga que exista abertura para que outras iniciativas possam também candidatar-se a estes apoios, sugere que o documento seja votado com esta alteração que resulta desta discussão.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, refere que parece-lhe que estamos de acordo em relação aos objetivos e esta discussão acabou por ser frutífera porque o Vereador José Guerra acabou por aceitar os argumentos e o que a Câmara propõe é na proposta que está em cima da mesa fazer um acrescento e a proposta seria o artigo 3º com quatro números, atualmente este artigo tem três números e passaria a um quarto numero, que diz que anualmente a Câmara definirá uma verba a que quaisquer outras empresas se possam candidatar, é um ponto que acrescenta ao que já existe e dá abertura a quaisquer outras que se queiram candidatar.-----

Proposta a votação o documento com a alteração que inclui o nº4 no artigo 3º-----
4 — Podem igualmente candidatar -se iniciativas empresariais não compreendidas no n.º 1, que sejam igualmente projetos nascentes. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, Regulamento do Programa de Valorização do Comércio e dos Produtos Locais, por maioria, com 8 votos a favor, 5 votos contra (do grupo da CDU e PSD) e 2 abstenções (da mesa da assembleia municipal).-----

-----**A sessão da Assembleia Municipal foi interrompida pelas zero horas, retomando no dia dois de outubro do ano dois mil e vinte, pelas vinte horas.**-----



Rui Páscoa

-----A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no dia dois de outubro do ano dois mil e vinte, quando eram vinte horas e dez minutos, solicitou ao Senhor Rui Páscoa que procedesse à chamada dos membros da assembleia, para a verificação das presenças. -----

-----**Confirma a presença de:** -----

-----Romana Maria Martins Parreira Romão-----

-----Virgínia do Nascimento Duro Pereira Daniel Godinho;-----

-----Rui Filipe Fezes Páscoa;-----

-----Sara Isabel dos Santos Ramos,-----

-----Ana Maria do Sacramento Torres Olho Azul;-----

----- Palmira de Jesus Dias Brissos Pereira;-----

-----António Francisco Galvão Gomes;-----

-----João Luís Ferro do Rosário Fragoso;-----

-----Hélder da Conceição Esteves Carraça, (em substituição de José João Guerreiro)-----

-----Maria de Lourdes Dias Fernandes Hspanhol;-----

-----Maria Rosa Maurício Carvoeiras;-----

-----Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes, -----

-----Rui Bolinhas, (em substituição de Carlos Raposo);-----

-----Sónia Sezinando, -----

-----Luís António Pita Ameixa;-----

-----Maria José do Ó Efigénio:-----

-----José Valente Rocha Guerra;-----

-----**Faltas**-----

-----Manuel dos Reis, -----

-----Rui Edgar Costa (falta justificada), -----

-----Juvenália Isabel Guerreiro Salgado. (falta justificada), -----

-----Rodrigo Raposo (falta justificada) -----

-----José Jacinto Descalço Bilau, (falta justificada) -----

-----Ana Rute Sousa (falta justificada) -----

-----Paulo Fernando Marrafas Conde (falta justificada) -----

-----Sendo assim, e em face da decisão tomada na primeira reunião da Sessão da Assembleia que teve início no dia vinte e nove de setembro, tendo sido os trabalhos suspensos dado o prolongar da hora e os pontos que ainda estavam por analisar vão ter continuidade nesta sessão. A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, informa que foi enviado pelo Senhor Deputado João Fragoso um e-mail em que apresenta uma



declaração de voto, no entanto irá fazer a leitura do artigo vigésimo nono do Regimento da Assembleia, e que diz, ponto um: cada deputado da assembleia tem direito a fazer no final de cada votação uma declaração de voto e esclarecendo no sentido da sua votação, as declarações de voto podem ser escritas ou orais não podendo exceder neste ultimo caso cinco minutos, as declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da reunião e são reproduzidas em ata, as declarações de voto podem ser individuais ou coletivas. De acordo com aquilo que está em regimento resta perguntar aos restantes deputados se uma vez que a declaração de voto foi enviada hoje e devia ter sido entregue no final da reunião para ser votada, se estão de acordo além daquilo que está estabelecido no regimento, o Deputado João Fragoso possa apresentar a declaração de voto e a mesma possa ser votada. Colocada a votação de todos os presentes, não existe qualquer impedimento que a declaração de voto seja apresentada, passando a palavra ao Senhor Deputado João Fragoso, para proceder à leitura da mesma:-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere que a declaração de voto não é necessário ser lida porque é incluída automaticamente na ata, efetivamente a reunião não terminou, e aquilo que diz no regimento é que a declaração de voto deve ser entregue no final da reunião e referiu que questionou um dos membros do secretariado onde refere que a declaração está assinada digitalmente e como queria que fosse enviada, ao que lhe foi respondido para fazer como quisesse, assim no dia seguinte fez chegar a declaração, estando a mesma assinada como se pode constatar digitalmente e datada no dia vinte e nove de setembro. Assim foi definido, juntar a **Declaração de voto** à presente ata.-----

Assunto: Votação do ponto B5 – Regulamento do Programa de Valorização do Comércio e dos Produtos Locais – declaração de voto escrita de acordo com os pontos 1, 2 e 3 do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo.-----

-----No seguimento da apresentação feita pelo Sr. Vereador José Guerra a propósito do ponto B5, referi que apresentar e propor à votação regulamentos redigidos de forma geral, dá aso a que posteriormente se pratiquem ações discricionárias.-----

Apesar de reconhecer a importância do regulamento e de concordar com o âmbito do mesmo, não compreendo nem posso compactuar com a formulação do "Artigo 3º. – Apoio Financeiro ao Investimento", em particular com o ponto 1 do mesmo artigo que refere:-----

-----"1. O apoio financeiro ao investimento destina-se às iniciativas empresariais localizadas no ninho de empresas ou em estruturas similares do Município."-----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'P. M. M.' or similar.

-----Ao meu pedido de esclarecimento sobre o ponto anterior, na medida em que o artigo é discriminatório, o Sr. Vereador José Guerra admitiu que: “É uma opção política da nossa parte. Queremos direcionar os recursos para os microempresários”. No entanto, há uma evidente incoerência com aquilo que o Sr. Vereador diz e com o exposto no ponto 2 do “Artigo 1º - Âmbito de aplicação”:**“2. O disposto neste regulamento abrange as iniciativas empresariais privadas desenvolvidas por sociedades comerciais ou por empresários em nome individual, com sede fiscal no concelho de Ferreira do Alentejo.”**-----

-----Portanto, o ponto 1 do artigo 3º, vai contra o âmbito de aplicação do regulamento, na medida em que discrimina, excluindo a possibilidade de candidatura ao apoio financeiro ao investimento, de todas as sociedades comerciais e empresários em nome individual que não estão localizadas no ninho de empresas.-----

-----Depois de ser sugerido ao Sr. Vereador José Guerra que não colocasse o regulamento à votação na presente reunião, e abrisse o âmbito de aplicação do documento, o Sr. Vereador mostrou-se irredutível no adiamento da votação. Sugeriu a inclusão no artigo 3º um ponto 4 em que se poderia avaliar a possibilidade de empresas que não estão nas estruturas referidas no ponto 1 do artigo 3º, poderem beneficiar de um apoio de acordo com uma verba incluída no orçamento que será definido anualmente pela câmara para apoiar essas empresas.-----

-----Entendo que é eticamente questionável este tipo de procedimento em que se propõe à votação um regulamento com uma redação, que depois de votado sofrerá alterações. Pode até suscitar dúvidas quanto à legalidade do procedimento e do próprio regulamento. Por todos estes motivos votei contra a aprovação do Regulamento tal como apresentado. Considero ainda que pela relevância do Regulamento e por ser realmente importante para apoiar quem precisa, era digno que o documento fosse votado por unanimidade na Assembleia Municipal.-----

-----O documento foi aprovado por maioria, com 5 votos contra e 2 abstenções.-----

-----Ferreira do Alentejo, 29 de setembro de 2020-----

B.6- Regulamento de Comparticipação de Despesas com Medicamentos

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de



A
Reino

Câmara de 19 de agosto de 2020, referente ao Regulamento de Participação de Despesas com Medicamentos.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, procedeu à apresentação do referido regulamento, referindo que é um regulamento inspirado em outros regulamentos que já existem, e no fundo o que se pretende é dar resposta a uma das ações que estava prevista no plano de desenvolvimento social e que foram comentadas pelas várias entidades do concelho que integram a rede social. A ideia fundamentalmente é apoiar aquela franja de população, as pessoas mais idosas e também os deficientes, com rendimentos mais baixos, possam ter dificuldade em fazer face a algumas despesas com medicamentos e portanto a proposta é que a Câmara, possa assumir uma parte substancial dessas despesas que não são comparticipadas pelo serviço nacional de saúde.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, o Regulamento de Participação de Despesas com Medicamentos por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

B.7- Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19 de agosto de 2020, referente ao Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do Regulamento, é um regulamento que destina-se a concentrar os diversos apoios sociais que são concedidos no âmbito do pré escolar e do primeiro ciclo e que agora tem estado dispersos por decisões avulsas e que se entendeu passarem a fazer parte de um regulamento e também ser mais transparente, sendo aprovado pela Assembleia Municipal. No fundo trata-se de dar continuidade a uma situação já existente mas num outro formato, o que aqui está em causa são as atividades de enriquecimento curricular, que são atividades



Handwritten signature and the word 'remb' in blue ink.

extra curriculares do primeiro ciclo, são atividades educativas proporcionadas aos alunos para os enriquecer, por outro lado a componente de apoio a família que é uma atividade muito importante, os alunos tem a possibilidade entrarem mais cedo na escola ou saírem mais tarde consoante os horários dos pais. -----

-----O sistema das refeições escolares, atualmente são servidas cerca de quatrocentas refeições por dia, estando devidamente protocoladas com as entidades que prestam esse serviço. O referido serviço também está sujeito a escalões, existem crianças que nada pagam, outras pagam valores simbólicos e que também faz parte deste regulamento de apoio à família.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

B.8- Formas de Apoio às Freguesias

-----A Câmara Municipal enviou para deliberação sete certidões de deliberações tomadas em reunião da Câmara Municipal, para cumprimento do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro (deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).

-----1- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido de apoio financeiro;-----

-----2- União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda- pedido de areia para o campo de Alfundão;-----

-----3- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido de broca;-----

-----4- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido de elaboração de cartazes;-----

-----5- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido;-----



f
reme

-----6- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido de subsídio para obras no posto médico;-----

-----7- Freguesia de Odivelas- pedido de nomeação de três funcionários para júri;-----

------(1)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

------(2)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

------(3)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

------(4)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

------(5)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

------(6)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----



8
PenR

------(7)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

B.9- Imposto Municipal Sobre Imóveis – IMI- ano 2021

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis-ano 2021. -----

-----O Decreto-Lei nº 287/2003, de 12/11, criou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), estabelecendo o seu artigo 1º que " O IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde estes se localizam". -----

-----Assim foi deliberado: 0,375% para prédios urbanos; 25% de majoração para prédios degradados; fixar, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do código do IRS, compõem o agregado familiar, a redução prevista de: 1 dependente, 20 euros, 2 dependentes, 40 euros e 3 ou mais dependentes, 70 euros.-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, relativamente às taxas propõe-se para aprovação pela assembleia municipal, no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a Câmara aprovou e submete a aprovação as taxas para os prédios rústicos de 0,8%, e para os prédios urbanos de 0,375%, com 25 % de majoração, para os prédios degradados e uma redução de setenta euros em função do número de dependentes que se aplica apenas a três ou mais. Esta proposta é igual à do ano passado.-----

-----Assim, este ponto teve três votação diferentes, sendo elas as seguintes:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a redução de 70€, pelo número de dependentes do agregado familiar, desde que sejam três ou mais dependentes, nos termos da Tabela do IMI, para o ano 2021, com 12 votos a favor, com 3 votos contra (do grupo CDU) e 1 abstenção (do grupo CDU).-----



R
Rena

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Imposto sobre imóveis – IMI-ano 2021, 0,375% para prédios urbanos, com 16 votos a favor.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, 25% de majoração para prédios degradados, em sede de IMI, para o ano de 2021, com 16 votos a favor.-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespanhol**, apresenta uma declaração de voto que passa a ler: “A CDU votou contra o Imposto Municipal sobre Imóveis, no que diz respeito aos dependentes porque achamos que é discriminatório, porque não quer dizer que uma pessoa que tenha três filhos não possa pagar e uma pessoa que tenha só um filho possa pagar, e se não puder ter filhos porque é discriminado, nós achamos que temos de ir por outros caminhos e não através disto, porque se nós formos a ver hoje, se calhar quem tem mais filhos tem mais rendimentos e por tanto não faz qualquer tipo de sentido nós estar mos a votar este IMI familiar que não seja mascarar um imposto que deveria existir ou não de outra forma”. -----

B.10- Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021. -----

Considerando que:-----

a) a Lei 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), no seu artº 106º, prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);-----

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente até ao fim do mês de dezembro e não pode ultrapassar os 0,25 /prct;-----



Rui Páscoa

c) A Assembleia Municipal deliberou aprovar, sob proposta da câmara para o ao 2020 a respetiva taxa de 0,25 %-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, procedeu à apresentação da referida taxa. Esta taxa é semelhante a taxa aprovada no ano anterior com valor máximo de 0,25. É uma taxa que nós recebemos a nossa receita um valor muito baixo, até agora este ano recebeu se 1995 euros e o ano passado recebeu se 2782 euros, este valor é pago pelas empresas de telecomunicações e é cautelada de uma forma em função de comprimento de cabos.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Rui Páscoa**, nota como morador em Ferreira que as empresas de comunicações, no seu desenfreado de substituir as outras vão deixando para trás pendurados nas paredes uma quantidade de cabos, que já não tem qualquer significado lá estar, Esta atividade, deverá ser fiscalizada pela câmara, e a fiscalização da câmara faz zero neste tipo de coisas.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

B.11- Derrama

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, relativamente à Derrama.-----

-----Foi deliberado a derrama para as empresas com volume de negócios inferiores a 150.000,00 euros, a taxa de 1%. Para as restantes empresas, o lançamento de uma derrama, com a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas relativo ao ano de 2020, para vigorar no ano de 2021.-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, informou que os valores apresentados são idênticos aos do ano anterior, ou seja um valor de um por cento aplicado às empresas com um volume de negócios inferior a 150.000,00 euros, e para os restantes casos



Rena

valores superiores a 150.000,00 euros, um virgula cinco por cento. Além destas taxas a aprovar para conhecimento da assembleia, há aqui uma duvida se será que assembleia, terá de aprovar ou apenas tomar conhecimento, a câmara usando da faculdade prevista na lei 73/2013, no n.º 2 do artigo 18, solicitou a aplicação da fórmula com vista à repartição do imposto da derrama no que refere às instalações dos Parques Fotovoltaicos, sendo que a repartição da derrama tem a ver com a massa salarial e com a sede da empresa, e como estas empresas não estão sediadas no nosso concelho pagam o imposto que é devido num outro concelho. Existe uma maneira de se ir buscar algum valor relativamente à derrama e ela terá de ser calculada de outra maneira. Foi pedida à autoridade tributária que fixasse essa formula que a lei permite, e essa formula foi fixada que tem a ver com o rácio do município que tem 30% para a massa salarial e 70% da área total dos parques fotovoltaicos em que esses 70% tem a ver com área, potencia e eletricidade produzida. Não se sabe o valor que isto irá implicar mas pensamos que a derrama no próximo ano já terá em conta os valores desta formula que foi apresentada.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, acha que a assembleia só toma conhecimento, aquilo que a lei diz, é que a Assembleia Municipal, pode propor ou deliberar sobre a criação de isenções e foi nesse contexto no ano passado, o Senhor Deputado João Fragoso em vinte e nove de novembro de dois mil e dezanove, sugeriu que fosse criada uma isenção para os pequenos e médios empresários, o Senhor Presidente referiu que se iria pensar no assunto e até eventualmente criar escalões. Neste momento e considerando que as taxas tem de ser comunicadas até trinta e um de dezembro e se a câmara não as comunicar são aplicadas aquelas que estão em vigor aquilo que o Senhor Deputado propõe, existe tempo para criar um regulamento, refere o caso de Moura, Beja, cobra 0,1% de derrama, e Castro Verde, que preveem isenção para empresas que criem postos de trabalho e se se quer dar um incentivo, porque até há tempo por isso para ajudar os pequenos empresários, para os isentar. -----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, refere que a Câmara Municipal a câmara concorda e irá estudar a situação, para valores inferiores a 150.000,00 euros, mantendo se o valor superior a 150.000,00 euros.-----

-----O **Senhor Deputado José Bilau**, relativamente ao imposto da derrama, salienta que existem situações em que as pessoas não querem ganhar mais porque no IRS ficam com menos valor, isso é uma situação que é perfeitamente falsa porque o imposto é



f
rem

progressivo e o que pode existir é jogar com as retenções, assim como o IMI esta tendência para se fazerem reduções com base no volume de negócios no nosso distrito temos sete ou oito autarquias que o fazem, mas não há garantias que isso seja uma prática eficaz, porque a derrama incide sobre o lucro tributável e não incide sobre o volume de negócios e não deve ser utilizado para escalonar o valor da derrama.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, o lançamento da Derrama para as empresas com volume de negócios inferiores a 150.000,00 euros, a taxa de 1%. Para as restantes empresas, o lançamento de uma Derrama, com taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimentos das pessoas coletivas relativo ao ano de 2020, para vigorar no ano 2021, por maioria, com 15 votos a favor, e 1 abstenção (do grupo PSD).-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, a concordância com a fórmula de cálculo da Derrama, a aplicar aos centros eletroprodutores fotovoltaicos, proposto pela Autoridade Tributária,-----

B.12- IRS-ANO 2021

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, relativamente à Taxa de participação no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, para vigorar no ano 2021.-----

-----Considerando que : -----

a) de acordo com a alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes, da mesma Lei;-----

b) nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos da já referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 %, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, -----



Remo

c) a participação referida anteriormente depende de deliberação da Assembleia Municipal, sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual terá que ser é comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à AT, até 31 de dezembro. -----

d) a ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte do município. -----

e) a participação do município no IRS tem sido de 5%.-----

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, informou que a câmara submete à aprovação da Assembleia Municipal, o valor de participação de IRS de 5%.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, a taxa de participação no IRS, ano 2021, por unanimidade, com 16 votos a favor.-----

B.13- Descentralização de Competências no Domínio da Ação Social

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, relativamente à Descentralização de Competências no Domínio da Ação Social.-----

-----Relativamente ao Decreto-Lei n.º 55/2010, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, informo que nos termos dos números 2 e 4 do Artigo 24.º , os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir as competências podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º, que carecem, ainda, da publicação. Todas as competências são consideradas transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022. -----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, informou sobre as descentralizações não há vantagem para 2021, propondo para 2022.-----



fcm

-----O **Senhor Deputado Municipal João Fragoso**, pediu esclarecimento sobre as competências em 2021. A Câmara votou por unanimidade não aceitar a transferência de competências já no próximo ano, por não haver condições e pergunta se estamos a ratificar essa decisão ou informar que não aceitamos a transferência de competências. Foi esclarecido que é decisão da câmara não aceitar essa transferência em 2021 mas propondo para 2022. -----

-----A **Senhora Deputada Municipal Lourdes Hespanhol**, apresentou uma declaração de voto, a CDU votou contra o ponto B.13, pois salienta que por uma questão de princípio é contra as descentralizações de competências. Como o parecer já diz lá que vai aceitar em 2022, e não vai aceitar a transferência de competências do poder central para o poder local.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou não aprovar, a Descentralização de Competências no Domínio da Ação Social, por maioria, com 12 votos a favor, 4 votos contra (do grupo CDU).-----

B.14- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ

B.14 a) Apresentação de Relatório de atividades;

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Romana Romão**, passou a palavra à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ferreira do Alentejo. A **Dra Fátima Madeira**, começou por agradecer o convite e desejar felicidades a todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.-----

-----O relatório da CPCJ-2019 foi apresentado, com uma breve introdução, nomeadamente com base na legislação que rege a Comissão. Referiu que no ano dois mil e dezanove, esta Comissão foi composta por catorze representantes de diversas entidades e quatro eleitos locais. Salientou algumas das competências da Comissão Alargada e da Comissão Restrita, efetuando uma caracterização processual relativa ao ano em estudo. Assim, no ano dois mil e dezanove deram entrada, cento e onze



8
RMP

processos, transitaram, cinquenta e três processos relativamente ao ano de dois mil de dezoito, novos casos, trinta e sete, casos recebidos de outros concelhos, um e por fim, foram reabertos vinte casos.-----

-----A **Dra Fátima**, apresentou de forma objetiva e sucinta as principais problemáticas sinalizadas e identificou alguns problemas existentes.-----

B.14 b) Pedido de substituição e designação de um/uma representante para integrar a CPCJ de Ferreira do Alentejo

-----Relativamente ao pedido formulado pela CPCJ para substituição e designação de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, tendo sido a proposta apresentada a **Senhora Sílvia Abel Guerreiro**. A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou que se procedesse à votação. Assim, perante a contagem dos votos, a proposta foi votada com catorze votos a favor e um voto em branco.-----

B.15- Atividade da Câmara Municipal

-----Foi presente à reunião, nos termos da alínea c), do nº2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, no período de 25 de junho de 2020 a 24 de setembro de 2020, já anteriormente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----O **Senhor Presidente** abordou ponto a ponto as atividades do Município, referindo:-----
-----O relatório divide-se em duas partes, uma delas inserida no Covid-19. Foram tomadas algumas decisões, existindo oito casos que testaram positivo, no concelho de Ferreira do Alentejo, os sintomas não foram muito grandes, e estão curados. O **Senhor Presidente** traça uma linha geral, sobre o que foi feito e as posições tomadas relativamente aos equipamentos. Falou dos espetáculos realizados pelo sistema *drive in*, abordou também a reabertura das extensões do serviço de saúde. Falou sobre os transportes públicos, as carreiras pararam por falta de passageiros, tendo sido assumidos



REMR

processos, transitaram, cinquenta e três processos relativamente ao ano de dois mil de dezoito, novos casos, trinta e sete, casos recebidos de outros concelhos, um e por fim, foram reabertos vinte casos.-----

-----A **Dra Fátima**, apresentou de forma objetiva e sucinta as principais problemáticas sinalizadas e identificou alguns problemas existentes.-----

B.14 b) Pedido de substituição e designação de um/uma representante para integrar a CPCJ de Ferreira do Alentejo

-----Relativamente ao pedido formulado pela CPCJ para substituição e designação de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, tendo sido a proposta apresentada a **Senhora Sílvia Abel Guerreiro**. A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou que se procedesse à votação. Assim, perante a contagem dos votos, a proposta foi votada com catorze votos a favor e um voto em branco.-----

B.15- Atividade da Câmara Municipal

-----Foi presente à reunião, nos termos da alínea c), do nº2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, no período de 25 de junho de 2020 a 24 de setembro de 2020, já anteriormente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----O **Senhor Presidente** abordou ponto a ponto as atividades do Município, referindo:-----
-----O relatório divide-se em duas partes, uma delas inserida no Covid-19. Foram tomadas algumas decisões, existindo oito casos que testaram positivo, no concelho de Ferreira do Alentejo, os sintomas não foram muito grandes, e estão curados. O **Senhor Presidente** traça uma linha geral, sobre o que foi feito e as posições tomadas relativamente aos equipamentos. Falou dos espetáculos realizados pelo sistema *drive in*, abordou também a reabertura das extensões do serviço de saúde. Falou sobre os transportes públicos, as carreiras pararam por falta de passageiros, tendo sido assumidos



REME

-----O **Senhor Deputado Municipal João Fragoso**, pediu esclarecimento sobre as competências em 2021. A Câmara votou por unanimidade não aceitar a transferência de competências já no próximo ano, por não haver condições e pergunta se estamos a ratificar essa decisão ou informar que não aceitamos a transferência de competências. Foi esclarecido que é decisão da câmara não aceitar essa transferência em 2021 mas propondo para 2022. -----

-----A **Senhora Deputada Municipal Lourdes Hespanhol**, apresentou uma declaração de voto, a CDU votou contra o ponto B.13, pois salienta que por uma questão de princípio é contra as descentralizações de competências. Como o parecer já diz lá que vai aceitar em 2022, e não vai aceitar a transferência de competências do poder central para o poder local.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, a Descentralização de Competências no Domínio da Ação Social, por maioria, com 12 votos a favor, 4 votos contra (do grupo CDU).-----

B.14- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ

B.14 a) Apresentação de Relatório de atividades;

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Romana Romão**, passou a palavra à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ferreira do Alentejo. A **Dra Fátima Madeira**, começou por agradecer o convite e desejar felicidades a todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.-----

-----O relatório da CPCJ-2019 foi apresentado, com uma breve introdução, nomeadamente com base na legislação que rege a Comissão. Referiu que no ano dois mil e dezanove, esta Comissão foi composta por catorze representantes de diversas entidades e quatro eleitos locais. Salientou algumas das competências da Comissão Alargada e da Comissão Restrita, efetuando uma caracterização processual relativa ao ano em estudo. Assim, no ano dois mil e dezanove deram entrada, cento e onze



per

os serviços mínimos, esta situação em parte foi resolvida com o início do ano letivo. Estamos em contingência, o número de infeções tem sido alto pelo que se vê nas notícias, pelo que houve de ter de haver restrições, nomeadamente a não realização da Feira de Ferreira, por exemplo.-----

-----Quanto à abertura do troço da autoestrada, apesar de ser um pequeno troço é muito importante para o concelho. Está a ser negociado com as Infraestruturas de Portugal, dois acordos para intervenções significativas nas Estradas Nacionais. Um dos acordos incide sobre a remodelação e rotunda no Penique, para além de Figueira dos Cavaleiros. O **Senhor Presidente**, referiu também a revogação do contrato de limpeza urbana, estando em preparação um processo para admissão de pessoas passando esse serviço a ser efetuado, também estão a ser construídos contentores para depósito de monos domésticos, assim como campanhas de desbaratização, desratização e contentores de lixo. -----

-----No que concerne à educação, o destaque vai para o início da escola e o esforço da Câmara, no investimento efetuado. O número de alunos a frequentar o agrupamento aumentou, assim como o número de alunos a frequentar o ensino secundário. Sobre as obras públicas o **Senhor Presidente** sinalizou alguns projetos, mas em fase de construção pública e outros em construção física. Salientou a importância da EN2 na sua promoção no interior da vila. A obra de dois milhões de euros, no Parque de Empresas é muito relevante. A entrega de prémios a distinguir as empresas que deram algo à comunidade, foi outro assunto focado pelo Senhor Presidente, para além de ter referido a campanha efetuada sobre o alojamento condigno para quem vem para o concelho.-----

-----O **Senhor Deputado Municipal, José Bilau**, reporta-se ao percurso da EN2, pois refere que o concelho tem uma localização estratégica do ponto de vista turístico. Salienta que o concelho localiza-se a cerca de 150 quilómetros dos extremos do itinerário que pode fazer com que o concelho seja escolhida para pernoitar e também para quem faz o itinerário que leva alguns dias, estando o concelho estrategicamente colocado. Salienta que é preciso fazer mais e de forma integrada, nomeadamente apostando num forte sistema de divulgação, captar as pessoas para ficarem cá, para irem aos restaurantes, o alojamento e pontos turísticos assim como eventos que poderiam assistir enquanto cá estivessem, assim como património. Criar um programa para os meses de verão, que fosse integrado que incluísse semanalmente, semanas gastronómicas, a feira, o Festival Giacometti, Feira do Melão entre outras. Tudo isto é diferenciador e leva as pessoas a ficarem, criar rotinas, programadas seria também uma forte aposta. Tem de haver uma



Rem

divulgação profissional, a câmara tem de entrar nos circuitos de oferta deste produto turístico.-----

-----O **Senhor Deputado Municipal, João Fragoso**, vai no sentido do Deputado José Bilau disse, uma das hipóteses será criar um *QR code*, por exemplo quando o posto de turismo está fechado, ou uma *landing page*, sendo que a câmara não tem custos. O **Senhor Deputado João Fragoso** questiona o executivo da Câmara, sobre o motivo da rotunda onde termina a A26 não ter iluminação a funcionar. A propósito dos migrantes, teve oportunidade de assistir à estreia de uma peça, escrita por Sandra Benfica, baseada em quatro histórias reais, estava lá na estreia a Secretária de Estado da Igualdade e da Cidadania, com o apoio da Secretaria de Estado, vão entrar em digressão no próximo ano, era uma boa oportunidade, a peça chama-se "Silêncios e tanta gente".-----

-----A **Senhora Deputada Municipal, Sara Ramos** levanta algumas questões, nomeadamente o de estar contente quando recebeu em casa o panfleto sobre a campanha sobre o alojamento temporário condigno, e questiona como vai ser fiscalizado este assunto. Lembra que no ano passado houve pessoas a dormir no Terminal Rodoviário, no final da campanha da azeitona, fez o relato do que aconteceu, não devendo o foco ser só no alojamento como também destes casos que aparecem. A obra na rua Miguel Bombarda e o Parque de empresas, vão ter acompanhamento arqueológico? O que vai acontecer aos vestígios arqueológicos? Quanto ao abate de árvores na vila, por exemplo frente às associações no antigo mercado municipal ou em frente a Igreja Matriz, ou a obra das Escolas do primeiro ciclo também vão ser abatidas aquelas árvores e na avenida, será que não à forma de as incluir no projeto? Certamente nem todas estão doentes, porque não salvaguardar alguma delas? - Questiona a Senhora Deputada.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, sobre a EN2, agradeceu as sugestões dos Senhores Deputados José Bilau e João Fragoso e referiu que os serviços da Câmara estão a trabalhar nesses aspetos, sobre a conceção de materiais de divulgação e audiovisuais. Sobre o alojamento temporário dos trabalhadores, vai ocorrer na próxima semana com os serviços da Câmara mais ligados a esta temática e com as Juntas de Freguesia, já fez uma reunião sobre esta temática, pois tem de haver uma base legal para agir, o que será a licença de utilização para habitação, que deve existir nesses alojamentos, com o acompanhamento devido das entidades competentes, fiscalização,



Rem

forças de segurança, Autoridade para as condições do Trabalho, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Sociais da Câmara e do CLAIM.-----

-----Estamos a trabalhar num projeto inovador, refere o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que é tentar envolver as empresas empregadoras nas soluções para as pessoas, sendo que a ideia é tentar e começar com um projeto piloto, houve contactos com o governo a esse respeito, visto ser experimental e se der resultado pode ser estendido a outros sítios que é estabelecer contratos de trabalho comuns entre várias empresas e com cada trabalhador, porque o problema que existe aqui é a sazonalidade, as pessoas vêm trabalhar por um pequeno período de tempo e essas pessoas nem procuram grandes condições de habitação, querem gastar pouco e enviar o dinheiro para a terra delas, não procuram de forma alguma integrar se, mas sendo que as pessoas fazem falta como trabalhadores, e se tiverem uma perspetiva que podem trabalhar o ano inteiro, é possível encontrar outra forma de integração. Transformar os imigrantes em habitantes, vai-se tentar fazer isso para dar estabilidade. -----

-----Isto interliga-se com o que temos em matéria da habitação, depois de termos aprovada a ORU, permite fazer a estratégia local de habitação, a Câmara candidatou-se e ganhou financiamento e existe uma entidade que está a trabalhar nisso, que permite financiamento quer para as entidades publicas quer para as entidades privadas, e se houver um trabalhador que tem contratos comuns com cada empresa, através da intervenção da câmara, talvez arrendar uma casa, melhora-la ou até mesmo compra-la, essas pessoas podendo la morar, sendo este um trabalho muito inovador até mesmo a nível nacional seja um exemplo e até vir a ser replicado.-----

-----Quanto às intervenções no Parque de Empresas, esse acompanhamento está a ser feito, pois é uma zona particularmente sensível. Na Rua Miguel Bombarda também está a ser feito um acompanhamento por parte dos Serviços da Câmara, a expectativa em relação a isso até é baixa, o que se vai fazer é uma intervenção minimalista em termos de profundidade, substituindo o pavimento por outro e não se vai escavar zona nova, o alcatrão vai ser substituído por calçada e colocar novos canos de água. Em relação às árvores a política da Câmara é uma política de defesa do arvoredo público, é ter mais árvores e boas árvores, o que nem sempre acontece, existem árvores que morrem, outras que apresentam perigosidade e outras que até criam algum incómodo aos vizinhos como é o caso da Alameda Sacadura Cabral, onde os moradores através de um abaixo assinado pediram para se tirar de lá as árvores, quando no ano passado se fez a poda das árvores, na altura foi objeto de muitas criticas de pessoas que não são entendidas no assunto e o que se verificou dessa intervenção, é que as árvores ganharam uma nova vida e rejuvenesceram. As obras também criam incómodo, temos por exemplo o abaixo



f
Remo

assinado para tirar as árvores na avenida. O **Senhor Presidente** falou das críticas nas intervenções quando por exemplo se fez a poda na Alameda Sacadura Cabral, o que se viu foi como resultado o vencer das árvores. Na Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, relativamente ao passeio que é de calçada antiga, as árvores ocupam o passeio de tal forma que levantam as pedras, é impossível passar lá a pé ou com cadeira de rodas ou com carrinho de bebé não se passa, a ideia é tirar quinze árvores e plantar trinta dentro do espaço da escola. No entanto essa situação foi revista, as árvores não vão ser abatidas, vão permanecer e estudar a hipótese de não se abater e alargar o passeio, que terá uma consequência, ou acaba o estacionamento e o trânsito vai ser apenas num único sentido.-----

-----Sobre a obra junto ao antigo Mercado Municipal, as árvores estavam doentes e com risco de queda e era uma de cada qualidade. Elas tinham sido postas ali, antes de haver o jardim e faz muito sol junto às lojas. Hoje existe uma belíssima mata no jardim, bastante alta que já faz ali sombra e ao colocar ali a pala que permite as associações fazerem ali as suas atividades, não seria possível a sua colocação por causa das árvores.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, salienta que o *e-mail* que enviou, que foi na quarta feira à tarde, está com base em alguns pareceres legais, a propósito desta questão da sessão e da reunião, um deles foi elaborado pelo Secretário de Estado das Autarquias Locais, que dizia que independentemente do número de sessões de cada reunião só tinha direito a uma senha de presença, havia outro parecer legal, da Assembleia Municipal de Lisboa, também dizia o mesmo. Refere que quando redigiu aquele *e-mail* foi com base naqueles pareceres e atendendo que a reunião não acabou e a segunda parte do *e-mail*, apesar do entendimento, o Senhor Deputado pede autorização à Senhora Presidente da Assembleia e solicita autorização, e sugere que se possa colocar essa questão a votação, da declaração de voto sobre o ponto B5, essa é que era a grande questão do *e-mail*, e pede se não for inconveniente entregar a declaração de voto, fazer a declaração de voto que foi uma questão sensível e resumido numa declaração de voto fica claríssimo o sentido de voto, salienta.-----

-----A **Senhora Presidente da Assembleia**, vai fazer chegar um parecer que tem de um jurista, que é precisamente as sessões podem ter uma única reunião ou mais de uma se for necessário interromper, aquilo que a lei diz é que o pagamento de senhas tem a ver com as reuniões realizadas e se entendermos que a sessão neste caso teve duas reuniões, serão duas senhas de presença, e as despesas acumuladas. É importante, salienta a Senhora Presidente que se fique com uma informação digna e correta para que



[Handwritten signature]

futuramente se não houver outra forma teremos uma reunião ordinária e uma reunião extraordinária, relativamente à declaração de voto solicitada pelo Senhor Deputado, a mesma já está entregue sendo que foi questionado se havia alguma incompatibilidade por parte de alguém que fosse anexada, referiu que não houve constrangimento algum sobre o assunto em questão.-----

C. – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

-----A **Senhora Mafalda Toscano**, em primeiro lugar esclarece que o motivo que a trás à Assembleia está longe de ser um ataque pessoal a alguém e muito menos à Câmara, vem simplesmente lutar pelo património e pela cultura do concelho. Falou sobre a possível intervenção no edifício do Cine-Ferreirense, pois decorre uma petição com cerca de trezentas e setenta pessoas que a assinaram, e são a favor da sua reabilitação integral do edifício. Em reunião com o Senhor Presidente da Câmara, foi-lhe apresentado um estudo prévio aprovado onde mostrava a demolição, de grande parte do edifício para a construção de uma praça. Foi referido que já nada havia a fazer e que aquele era o caminho. -----

-----A **Senhora Mafalda**, refere que não acredita, que uma coisa que não está feita já seja irreversível, então resolveu expor a situação à população e com a criação da petição *online* percebeu que acima de tudo havia muita desinformação. Tacitamente ninguém sabia, e os poucos que sabiam desta intervenção não concordavam com ela. O edifício do Cine-Ferreirense é um marco indiscutível na malha urbana da vila, e que também marcou a identidade e a memória de muitas gerações. Também não lhe parece assim desperdiçar um recurso desta dimensão, faça parte de uma perspetiva de desenvolvimento sustentável desta vila. Com uma sala de espetáculos digna mesmo que se chegue a uma situação de compromisso de fechar a rua e ter uma zona pedonal que sirva de praça, acha que é mesmo por ai que o nosso concelho deva destacar se dos outros e acima de tudo. Dentro do possível a **Senhora Mafalda Toscano** gostaria de sugerir que este tema fosse incluído na ordem do dia da próxima Assembleia ou até fosse marcada uma Sessão Extraordinária para o seu debate. Para finalizar, sugere para que fossem consultados os grupos dedicados às artes dos espetáculos do nosso concelho para se perceber se não há efetivamente a criação de uma sala de espetáculos com condições que se deve criar para servir dignamente a cultura.-----



-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, referiu que seria um tema para se poder debater numa Sessão de Assembleia Municipal Extraordinária.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, começou por dizer que é impensável fazer um investimento relevante do nosso concelho sem haver um consenso mínimo. Tomou-se conhecimento que havia essa petição e aguardava-se que ela fosse entregue à Câmara e o estado de espírito é discutir o assunto. Falou do problema urbano e sanitário do edifício, com quarenta anos de abandono, e nunca houve nenhuma iniciativa para fazer dali alguma coisa, é de facto uma pena que durante tantos anos nunca se tenha feito nada. Foi lançado um programa ao abrigo da lei da reabilitação urbana e para o efeito foi contratada uma equipa técnica especializada, para o estudo do conjunto da área de reabilitação urbana de Ferreira do Alentejo. O estudo apresentado foi feito de casa a casa. Essa equipa técnica apresentou propostas de cada sítio, foram apresentadas e aí surgiram ideias de reabilitar aquele espaço num compromisso entre dar outra aspiração àquele espaço público e manter a sua memória. O **Senhor Presidente** falou do mesmo ser aprovado pela Assembleia Municipal no dia vinte e nove de abril do ano dois mil e dezanove, antes dessa aprovação, e até porque isso é obrigatório por lei, ela foi projeto de discussão pública, houve uma reunião pública no Centro Cultural Manuel da Fonseca com a equipa técnica, convidando toda a população. A Câmara cumpriu bem a sua posição, primeiro procurou a solução para um problema mau e antigo que ali estava e segundo fazendo isso com transparência e com discussão pública. Todas as opiniões que foram recebidas foram sempre favoráveis, à solução que foi apresentada pela equipa técnica. Essa solução passa pela seguinte consideração, o edifício do cinema está muito degradado e nesse sentido é pouco aproveitado, e pelas suas características casa mal fazer mal uma casa de espetáculos multi funcional. O teto do edifício é em amianto, que tem de ser retirado, tem uma estrutura muito estreita e tudo o que não seja cinema é desaproveitado e difícil. Aquele espaço tem uma grande dificuldade urbanística no sentido do estacionamento, uma sala de espetáculos de grande dimensão sem um estacionamento razoável é um investimento muito arriscado.-----

-----Salientou que a construção da praça , permite algumas realizações, por exemplo a promoção do cante alentejano e a importância da Adegas do Lélito, se naquele local existir também um espaço amplo podem também acontecer atividades interessantes e promover o cante alentejano naquele local. No entanto, foi considerado, que aquele edifício tem uma história e por essa razão não se considerou fazer a sua demolição, mas aproveitar a sua zona mais nobre, nomeadamente a frente do imóvel, assim como a zona das



Renn

bilheteiras que se considerou que se devia manter e ser utilizada para diversas atividades de índole cultural, nomeadamente exposições, conferências entre outras. Manter também uma parte como museu do cinema, para preservar a sua memória, também está previsto por cima também ficará um terraço para atividades também de natureza cultural. Só será demolida a parte circundante à Adega do Lélito com a construção da praça, com o intuito de promover o cante alentejano. Por fim, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, refere que não havendo consenso não se deve avançar, mas o fazer ali uma sala de espetáculos também não é consensual e tem mais contras do que prós, pois tem tido mais adversários do que apoiantes. Seria bom aprofundar esta discussão, apesar que o *Covid* agora também dificulte o fazer reuniões e refletir sobre isso, seria interessante que viesse cá a equipa da ORU, técnicos especialistas em matéria do urbanismo, e devemos de ir à procura do consenso demore o tempo que demorar. Assim, não devemos avançar, o edifício também tem proprietários que tem responsabilidade sobre o assunto, aguardando que exista consenso na população que nos permita fazer um investimento com racionalidade e com consenso.-----

-----O **Senhor Nuno Alves**, começou por falar da petição do cinema referindo que também a assinou. Esta petição, personifica vários problemas em Ferreira, um dos quais é a comunicação, por exemplo nem hoje nem nos dias anteriores, não viu esta Assembleia ser publicitada no *facebook*, que é a ferramenta *standart* de comunicação da Câmara. Referiu que relativamente à exposição e ao assunto abordado pela Senhora Mafalda, salienta que o Senhor Presidente da Câmara ao colocar parte do ónus desta reestruturação do cinema nos anteriores proprietários, pensa que não foi correto, pois está a atacar uma pessoa que todos nós sabemos que é diretamente ligada à Senhora Mafalda. Refere que tem a sua opinião relativamente ao cinema, fica num família da Senhora Mafalda, sendo que a questão do estacionamento nem é um problema, pois até é uma não questão. Pois, o Senhor Presidente solicitou a opinião a uma comissão técnica de avaliação das obras e não houve preocupação de pedir opinião às associações que podem tirar proveito daquela sala. Em relação à sala de espetáculos informa que fica contente por querer-se fazer, mas mais uma vez vai ser demolida, o cinema antigo que faz parte da cultura de Ferreira do Alentejo e de diversas gerações desta vila. Esta terra caracteriza-se por ser a capital do azeite tendo muita dificuldade em entender essa designação, pois esta terra atualmente não tem identidade e tem avançado de Capital da Água para o Azeite, apenas podendo captar do azeite o lado mau, com problemas ambientais e sociais. Tem a louvar a iniciativa da Câmara ao atribuir um complemento de participação dos medicamentos, toda a gente sabe a situação da população idosa de



A
Ferreira

Ferreira e como agente de saúde pública refere que há lacunas que não foram apresentadas. Por exemplo à que ter em atenção, que a partir do momento em que um doente partilha as suas receitas e as suas faturas com a Câmara está a entregar a alguém a sua vida privada, por exemplo ao balcão de uma farmácia o técnico rege a sua função por uma código de conduta e tem o dever de sigilo. Questiona quem da Câmara irá tratar desta situação e espera que haja uma responsabilização dessa pessoa.-----

-----O **Senhor Nuno Alves**, apresenta outra questão, as faturas não correspondem por vezes com as receitas, as pessoas que mais necessitam do complemento são pessoas que vivem sozinhas, muitas delas são analfabetas e não tem acesso à *internet*, outra questão que vem do seguimento desta, tem a ver com as pessoas não terem acesso à informação, não tendo capacidade nem autonomia para preencher as burocracias que lhe são exigidas. Sugere que a Câmara disponibilize uma pessoa para ajudar as pessoas a tratarem dos seus processos. Por fim, também quer focar uma outra situação, em relação ao associativismo, o Covid-19 tem-nos afetado a todos e o associativismo atualmente está órfão de diversos apoios. Tivemos um caso em Ferreira do Alentejo, em que o futebol amador foi congelado um mês após o seu início. Assim, como é que a pandemia rebentou em março passados dois meses o confinamento foi levantado em maio, e não foi feito qualquer plano de contingência para as coletividades desportivas, o que revela algum levianamento da Câmara às necessidades das associações. O futebol arrancou e ao fim de um mês foi congelado, e pergunta como é que o plano de contingência se vai adaptar às diferentes práticas associativas que temos no concelho, um caso prático é exatamente a Sociedade Columbófila Asas Azuis, de Ferreira do Alentejo, como é do conhecimento do Senhor Presidente e muitos que aqui estão, estão num espaço aqui no mercado, sendo esse espaço ocupado pelas caixas dos pombos e tendo em conta as condições não é possível, a continuação da prática naquele espaço. Esta coletividade nos últimos três anos trouxe mais de uma dezena de títulos para Ferreira do Alentejo, e neste momento como as coisas estão a funcionar se o campeonato começasse agora a sociedade estava condenada, assim como muitas outras coletividades também estão iguais a esta. Por fim em jeito de remate final, infelizmente o concelho tem sido arrastado para um marasmo, mas ainda existe um dos poucos pontos positivos, que é o associativismo, por isso apela para que a Câmara dê o apoio necessário às associações para poderem continuar e não seja responsável pelo sufocar das mesmas.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradeceu novamente as palavras dos intervenientes e agradeceu o interesse como munícipe pela participação na



Luís Gamito

Assembleia Municipal. Sobre a questão da sala do cinema, pois já respondeu anteriormente e reforça que é correto manter a parte do cinema e não proceder à sua destruição na totalidade. Quanto ao Regulamento dos Medicamentos, já esteve em discussão pública e este regulamento foi feito estudando-se também outros regulamentos já feitos noutros concelhos, por outro lado em relação à privacidade das pessoas tem sempre de ser respeitada. Os funcionários públicos tem um estatuto especial, e os profissionais da saúde e da farmácia também, tem o seu estatuto especial de preservação da privacidade, preservando-se a intimidade da vida das pessoas.-----

----- Em relação ao associativismo em geral, a ideia quer da Câmara quer das Juntas de Freguesia as associações são um elemento essencial da nossa vida em comunidade, e uma das coisas que o senhor presidente diz honrar foi a celebração do feriado municipal, como uma homenagem a todas as associações pelo seu trabalho e pelo papel que elas tem feito ao longo de anos e anos pela vida da comunidade, reunimos na praça a totalidade das nossas associações. Também foi criado um regulamento de apoio às associações, por uma razão de transparência, equidade e igualdade, pensou-se que era melhor haver um regulamento para consolidar e reforçar este trabalho com as associações, dar força para elas cumprirem esta missão. -----

-----O Município sempre apoiou muito as associações, dando apoios logísticos e financeiros, instalações, sedes, obras de melhoramentos desportivos, o que se dá é algo apreciável, sendo investimentos de grande monta, também nas freguesias nomeadamente no campo de futebol. Neste edifício onde estamos existem uma série de associações e com as obras que aqui estão vai-se colocar uma pala que sairá encostada ao edifício até à frente que ira proporcionar às associações um espaço exterior em que possam desenvolver as suas atividades quer quando faça chuva ou faça muito sol. Portanto, em relação à columbofilia é de fato uma atividade relevante, sendo que a Câmara está disponível para estudar as mais diversas soluções, temos alguns problemas, por exemplo é uma atividade que envolve muitos problemas com os habitantes , existem queixas dos vizinhos, na GNR porque as pessoas incomodam-se com os pombos que sujam, deixam penas. A criação de instalações num sitio fora e ou distante também tem problemas de segurança, mas é um assunto que deve ser estudado e se se encontra-se uma solução que fosse viável, a disposição em relação a todas as associações é sempre de ajudar para desempenhar bem a sua missão.-----

-----O **Senhor Luís Gamito**, representa uma associação desportiva, mas vem em nome próprio fazer uma questão sobre os desportos de pavilhão. Refere que devido à *Covid-19*, o Pavilhão de Desportos fechou, segundo consta vai ser utilizado em caso de



Rena

necessidade de criar um hospital de campanha mas nos concelhos vizinhos estão todos os equipamentos a funcionar, permanecendo o pavilhão na vila de Ferreira do Alentejo encerrado e sem soluções, destaque-se que no verão conseguiu-se algumas soluções mas presentemente não existem nenhuma. Então para quem quer voltar à prática de desporto, qual o plano de contingência existente. Repare-se que alguns praticantes ou atletas começaram a mobilizar-se para fora do concelho, isto porque alguns concelhos apresentam soluções e essas pessoas obviamente começaram a procurar outras soluções, o que pode trazer alguma extinção de algumas modalidades desportivas. Para além desta temática, o senhor questionou acerca dos cortes sucessivos de água e pergunta para quando uma grande intervenção nas redes de esgotos e água da vila?-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, sobre a prática desportiva, refere que os serviços na área do desporto e da proteção civil acompanham a par e passo as regras da Direção Geral da Saúde, existem certos tipos de desportos que foram abertos e outros não, por exemplo o parque de desportos não está aberto o ringue, mas a prática do ténis e o skate-parque, estão a funcionar. Os parques infantis ainda estão fechados, mas de concelho para concelho existem tipos de estratégias de atuação diferentes, certo que o pavilhão de desportos está encerrado devido à *Covid-19* no sentido de estar alerta para uma emergência devido à pandemia. Estes assuntos são devidamente analisados semana a semana. Quanto à água, sim existe um problema com os sucessivos cortes que se verificam. Quando se tem uma intervenção nas ruas, aproveita-se e são substituídas as canalizações, a Vereadora Maria José tem estado a trabalhar com uma empresa dessa especialidade para introduzir torneiras de seccionamento em todas as redes de água, antigamente haviam algumas torneiras dessas que foram sendo abandonadas ou que estão estragadas e vão ser colocadas novas. Primeiramente, vai-se começar por Odivelas, e em todo o lado, então vão ser colocadas torneiras de seccionamento que quando há uma rotura numa canalização ou até mesmo quando se tem de colocar um novo ramal e se tem de fechar a água se houver torneiras com secções da vila fecha-se uma só rua e não dez ruas, como acontece agora que na vila só existem uma três torneiras, para toda a vila. -----

-----Esta será a resposta mais imediata para esse problemas, havendo também mais para a frente uma progressiva substituição de canalizações, uma vez que não é possível fazer tudo de uma só vez.-----



D. – MINUTA DA ATA

-----Para efeitos de execução das deliberações, tomadas na reunião desta Assembleia Municipal, procedeu-se à votação da minuta da ata.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar a minuta da ata, para efeitos de execução das deliberações, por unanimidade, com 15 votos a favor.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, a **Senhora Presidente da Mesa** quando eram 22 horas:40 minutos deu por encerrada a sessão.-----

-----E eu, **Sónia Maria Martins Amaral**, Técnica Superior do Serviço Jurídico e Institucional, para o efeito designado, redigi e subscrevi esta minuta que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia,



Romana Maria Martins Pereira Romão

